

RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.732 - RS (2020/0066913-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA**
ADVOGADOS : **LIA SARTI - RS081431**
 AMIR JOSE FINOCCHIARO SARTI - RS006509A
 LEONARDO RUEDIGER DE BRITTO VELHO - RS046860A
RECORRIDO : **CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO RIO GRANDE DO**
 SUL
ADVOGADO : **ROSANIE RODRIGUES RIVERO - RS040889**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NULIDADE DE CDA. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. SÚMULAS 283/STF E 7/STJ. RESOLUÇÃO DO CFF. ATO NORMATIVO QUE ESCAPA AO CONCEITO DE LEI FEDERAL. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 6.839/80 E 13.021/14 E OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. SÚMULA 211/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NULIDADE DA CDA. MULTA. AUSÊNCIA DE DIRETOR TÉCNICO CADASTRADO. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. LEI 3.820/60, ART. 24.

1. Não há nulidade na CDA que atende aos requisitos previstos no art. 202, I a IV e parágrafo único, do CTN.
2. Ausente prejuízo porque exercido o direito de defesa em prazo menor do que o previsto em lei, não há nulidade.
3. A ausência, por mais de 30 dias, de diretor técnico registrado no CRF autoriza a imposição de multa.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

No recurso especial, a parte recorrente aponta as seguintes violações: a) ao art. 30, § 2º, da Lei nº 3.820/60, sob o argumento de que sofreu prejuízo porque suprimida parte expressiva do prazo legal para defesa; b) ao art. 24, parágrafo único, da Lei nº 3.820/60, uma vez que este dispositivo não exige diretor técnico cadastrado no CRF/RS; c) aos arts. 1º, da Lei nº 6.839/80, e 6º, I, da Lei nº 13.021/14, porquanto tais dispositivos não cominam nenhuma penalidade em caso de eventual infração de regra; d) ao princípio da legalidade, uma vez que o ato tipificado e autuado, bem como a sanção aplicada, não encontram respaldo na lei, mas em resolução.

Admitido o recurso na origem, foram os autos encaminhados a esta Corte

Superior Tribunal de Justiça

Superior de Justiça.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

A pretensão não merece prosperar.

Quanto à suposta ofensa ao artigo 30, § 2º, da Lei nº 3.820/60 sob a alegação de que sofreu prejuízo em razão da supressão do prazo legal para defesa administrativa, o Tribunal de origem concluiu que, não havendo prejuízo para a defesa, não haveria nulidade e, que só haveria nulidade se o direito de defesa fosse obstaculizado se exercido depois do prazo de 15 dias, mas ainda dentro dos 30 dias previsto na lei. A propósito, o seguinte trecho do acórdão, *verbis*:

(...)

A circunstância de o prazo para a defesa administrativa ser de 30 dias, consoante previsto no art. 30, § 2º, da Lei 3.820/60, e não de 15 dias, conforme concedido, não causa nulidade formal do crédito tributário porque o contribuinte exerceu o seu direito de defesa. Haveria nulidade se o direito de defesa fosse obstaculizado se exercido depois do prazo de 15 dias, mas ainda dentro dos 30 dias previsto na lei. Ausente prejuízo, não há nulidade. (e-STJ fl. 99)

Nesses termos em que a conclusão do Tribunal de origem se firmou com base na situação fática e provas dos autos - ausência de prejuízo para a defesa -, e, verificando que as razões recursais deixaram de atacar diretamente fundamentação bastante para manter o julgado - que só haveria nulidade se o direito de defesa fosse obstaculizado se exercido depois do prazo de 15 dias, mas ainda dentro dos 30 dias previsto na lei -, o conhecimento do recurso especial esbarra nos óbices das Súmulas 7/STJ e 283/STF, respectivamente.

No tocante à alegada ofensa ao artigo 24, parágrafo único, da Lei nº 3.820/60 sob o argumento de que tal dispositivo não exige diretor técnico cadastrado no CRF/RS, observa-se que o acórdão recorrido contém os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 99/100):

(...)

No caso, o farmacêutico Marcos Paulo de Souza Dielle, que atuava na condição de diretor técnico do estabelecimento, na forma exigida pelo art. 1º, I, da Resolução nº 577 do CFF, tinha solicitado a baixa do seu registro em 24.11.2015, conforme provado pelos documentos juntados no ev21-OUT2 e OUT3. O registro do novo diretor técnico foi providenciado pela executada somente após a autuação, sendo o registro deferido em 24.04.2016 (ev21- OUT2 e OUT4).

A legislação exige que o diretor técnico seja registrado no CRF. Por isto, a mera presença de farmacêutico registrado como empregado no momento da fiscalização não afasta a infração. É o diretor técnico cadastrado no Conselho que espelha a responsabilidade do estabelecimento, inclusive perante os órgãos de fiscalização sanitária, autorizando, em decorrência, o funcionamento da farmácia, não apenas para comprar e vender medicamentos controlados, mas também para prestar serviços farmacêuticos.

Em suma, a ausência, por mais de 30 dias, de diretor técnico

registrado no CRF autoriza a imposição de multa.

Ora, dissentir da conclusão a que chegou a Corte de origem implicaria análise da Resolução nº 577 do CFF e inevitável revolvimento de aspectos fático-probatórios dos autos, providências inviáveis em sede de recurso especial, porquanto, respectivamente, referido ato normativo não se enquadra no conceito de "tratado ou lei federal" de que cuida o art. 105, III, "a", da Constituição Federal, e incidência dos termos da Súmula 7 do STJ.

Por fim, no tocante à suposta ofensa aos arts. arts. 1º, da Lei nº 6.839/80, e 6º, I, da Lei nº 13.021/14, e ao princípio da legalidade, nota-se pela leitura dos autos que não houve apreciação pelo Tribunal de origem sobre as teses recursais apresentadas, o que impossibilita o julgamento do recurso nesse aspecto, por ausência de prequestionamento, nos termos das Súmulas 282/STF e 211/STJ, respectivamente: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"; "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo"*.

É bem verdade que, enfrentada a questão pelo Tribunal *a quo*, haverá prequestionamento. No entanto, se a questão não houver sido examinada por esse, não obstante ter sido instado a se manifestar - ainda que em sede de embargos declaratórios - é dever da parte recorrente interpor recurso especial por violação ao art. 1022 do CPC/2015, demonstrando em qual ponto o exame de tais dispositivos ou teses seria capaz de comprometer a verdade posta nos autos. Quedando-se inerte quanto a tal providência, incide, sim, à espécie o enunciado sumular nº 211/STJ: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo"*.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO DE TÍTULO. NULIDADE. PEDIDO DE DILIGÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. NECESSÁRIO REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 284/STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

(...)

4. Incabível a alegação de divergência jurisprudencial sem a citação de acórdão paradigma. Incidência da Súmula 284 do STF.

5. Agravo regimental a que se nega provimento

(AgRg no AREsp 431.782/MA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 6/5/2014, DJe 12/5/2014)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1.- A questão relativa à fixação em duplicidade dos honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença não foi objeto de debate no v. Acórdão recorrido, carecendo, portanto, do necessário prequestionamento

Superior Tribunal de Justiça

viabilizador do Recurso Especial. Incide, na espécie, a Súmula 211 desta Corte.

2.- É entendimento assente neste Superior Tribunal de Justiça a exigência do prequestionamento dos dispositivos tidos por violados, ainda que a contrariedade tenha surgido no julgamento do próprio Acórdão recorrido. Precedentes.

3.- Mesmo tendo sido interpostos Embargos Declaratórios, estes não tiveram o condão de suprir o devido prequestionamento, visto que o Tribunal de origem em seu julgamento permaneceu silente a respeito do tema. Dessa forma, deveria a parte, no Recurso Especial, suscitar violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil, demonstrando, de forma objetiva, a imprescindibilidade da manifestação sobre a matéria impugnada e em que consistiria o vício apontado, e não interpor recurso contra questão federal não prequestionada, como ocorreu *in casu*.

4.- A agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

5.- Agravo Regimental improvido." (AgRg no AREsp 266.937/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 19/03/2013)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator